

## CONSTRUÇÕES DE MEMÓRIAS: Trabalhadores de Ganho nos Jornais e na Fotografia na Cidade de Conquista entre 1920 e 1940

Ednair Carvalho Rocha<sup>1</sup>

### RESUMO

Vitória da Conquista, cidade localizada no Sudoeste da Bahia, cresceu a partir de um núcleo de ocupação sobre a égide das vivências cotidianas e simbólicas, materializadas nas edificações da Rua Grande. Pretende-se com este artigo, refletir sobre as construções de memórias a partir das linguagens constitutivas dos sujeitos inscritas nas fotografias, documentos escritos e jornais sobre as relações dos trabalhadores de ganho: aguadeiras, lavadeiras e caroteiros em suas vivências e embates nas transformações desse espaço urbano estabelecidas nesta cidade, no período de 1920 a 1940. Partindo desse pressuposto, o estudo em questão problematiza a cidade enquanto territórios construídos por relações, embates e tensões, constituídas de vivências, necessidades e anseios em relações produtoras de significados presentes nas construções que a sustenta.

**Palavras-chave:** História; Memória; Trabalhadores de Ganho.

Buscamos subsídios para uma produção da história da Cidade de Conquista a partir das memórias sobre os espaços de um território constituído pelo núcleo original de ocupação da cidade – A Rua Grande. Esse espaço, posteriormente, ganhou visibilidade com: a) As demolições e construções de novas casas e do templo religioso da Igreja Matriz, b) Nos deslocamentos dos considerados indesejáveis’, para alguns, a exemplo dos trabalhadores de ganho: os caroteiros, aguadeiras e as lavadeiras de roupas que serviam à elite da Rua Grande c) Nas construções de praças destinadas a abrigar eventos cívicos, religiosos e de lazer da população.

Ao elencarmos esse conjunto de transformações como elemento problematizador da nossa pesquisa, trazemos para o debate a cidade enquanto conjunto de espaços construídos, forjados pelas experiências de sujeitos que se movimentam e se mobilizam nas suas práticas. Então, quem são esses sujeitos? Como se forjam nas práticas cotidianas desses logradouros? Como esses sujeitos interferem nessas transformações?

A cidade de Vitória da Conquista, sede do município, está localizada no Sudoeste da Bahia, fisiograficamente denominado de Planalto da Conquista e que durante o movimento de ocupação, entre o final do século XVIII e XIX, estava inserido na região que ficou conhecida como “Sertão da Ressaca.”<sup>2</sup> Este local, entre 1920 e 1940, será objeto do nosso estudo, enquanto, espaço construído socialmente. O recorte estabelecido neste estudo compreende os

conflitos e tensões nas regulações do espaço urbano correspondente ao abastecimento de água na cidade de Conquista e, mais especificamente, no entorno da Rua Grande que, tornaram-se agudos e de forma mais contundente a partir do crescimento demográfico, entre as décadas de 1920 a 1940, quando a cidade se expande, cresce o número de moradores, e os fazendeiros que já residiam na Grande Praça cuidavam de manter suas casas da cidade e, essa atitude acarretava a necessidade de contratar novos serviços.

Em momentos diversos da nossa investigação constituída por memórias trazidas da oralidade, imagens e leituras dos jornais, observamos que as relações com os equipamentos construídos na cidade revelavam sentidos simbólicos de apropriação da Caixa d'água. Para além de servir para abastecer a cidade com o seu 'líquido puríssimo', também possibilitava momentos de encontro de sociabilidades de alguns grupos que transitavam por esse espaço. As memórias elaboradas sobre a Caixa d'água retroagem aos tempos da Vila Imperial, quando este equipamento público é lembrado como uma 'época de ouro' porque gozava de cuidado e zelo da intendência, "O tempo, entretanto, consumidor inveterado de tudo e de todos, levou nas suas ondas o período de utilidade e benefício público da fonte".

A existência desse espaço compartilhado pelo uso da água compreendia uma complexidade de elementos provenientes dos interesses de diversos grupos sociais. Essa relação intrínseca da transformação da natureza em espaço de cultura promovia deslocamentos de sujeitos, valores e sensibilidades para uma arena constituída por relações de força equacionadas entre os sujeitos que necessitavam da água puríssima para o seu ganho e 'o povo quase interno da cidade' que já preferiam a água de salobro das cisternas cavadas nos quintais. Por entre este espaço vital, segundo o discurso do jornal, são destruídos os ícones sacros da Fonte Pública Municipal 'água de Nossa Senhora'; são destituídos os momentos idílicos dos passeios e da visitação, e por fim o lamento pela morte de uma poética, que representava o desaparecimento desse espaço na cidade para a divagação. Quer dizer, desse espaço emerge problemas da cidade, tomada pelo descaso e abandono.

Esta elaboração, no entanto, não se aprofunda quanto ao problema da utilidade da água e deixa de dizer que este local é também e, principalmente, o lugar primordial para as atividades dos trabalhadores de ganho da cidade, e que por meio desses serviços eram abastecidas as casas e estabelecimentos, e que, pelas mãos das lavadeiras as classes abastadas, recebiam roupas limpas, promovendo o conforto das elites proprietárias.

Estabelecer a relação com o abastecimento de água, transportados nos serviços de ganho das aguadeiras, lavadeiras e caroteiros é interessante, por que criava superposições que deixavam ver as diferenças e os embates, entre aqueles que buscavam e necessitavam desses serviços e por outro lado, àqueles que estavam alijados desse projeto de desenvolvimento e se apresentavam em uma relação tensa e conflituosa com o espaço, no qual às suas práticas eram delatadas e criticadas nos jornais, quando afirmavam que essas práticas interferiam e comprometiam a salubridade e o embelezamento dos espaços da cidade.

As práticas dos grupos ligados aos serviços de ganho eram também reconhecidas na suas relações com o espaço da cidade onde se localizava uma das nascentes do Rio Verruga – conhecido como Poço Escuro.<sup>3</sup> Esse espaço era construído por relações estreitas com a vida cotidiana dos moradores da Rua Grande e os sujeitos envolvidos veiculavam nas suas práticas, os embates, lutas e tensões vivenciados num processo contínuo de produção desse espaço urbano, que influenciava significativamente a vida da comunidade.

A leitura atenta dos jornais produzidos na cidade de Conquista entre as décadas de 1920 e 1940 possibilitou visualizar em matérias que tratavam sobre os problemas urbanos, a presença de pobres na cidade, deixou ver nas ausências de notícias sobre os problemas relacionados às suas condições sociais e, fundamentalmente, as relações de trabalho escondidas também nos silêncios dos documentos escritos, orais e imagéticos.

Identificamos algumas trajetórias, valores, costumes, sensibilidades de homens e mulheres que prestavam serviços de ganho, subtraindo das entrelinhas diretamente dos documentos encontrados, os embates de grupos que disputavam um espaço político para o legislativo e executivo e utilizavam os problemas vinculados aos espaços urbanos para denunciar algum deslize da gestão municipal. Dentre os periódicos selecionados que tratavam diretamente da problemática de nosso estudo encontramos na leitura do jornal “Avante” notícias relacionadas às lavadeiras e aguadeiras, profissões que engendraram uma concepção peculiar do espaço urbano de Conquista, cujas experiências cotidianas estavam relacionadas a tensões, embates e lutas pela sobrevivência.

**UMA LAVADEIRA COM FEBRE! A ÁGUA LODOSA DO AÇUDE ESTÁ ADOECENDO AS INFELIZES PERSEGUIDAS.** Este título foi dado a matéria escrita pelo jornalista Bruno Bacelar que compôs a primeira página do Jornal Avante em 7 de fevereiro de 1932. Este período foi marcado pelo forte acirramento dos confrontos políticos entre esse jornalista e o Coronel Deraldo Mendes Ferraz, este último foi indicado pelo Interventor Juraci

Magalhães para ocupar a prefeitura da cidade de Conquista. Esse jornalista, militante político, integrante do Partido Liberal Conquistense, criado para apoiar a campanha da Aliança Liberal e simultaneamente organizar-se para os embates políticos locais, criou uma dissidência com o grupo do Coronel Deraldo Mendes após os caminhos tomados pelo Golpe de 1930, com as permanências do controle oligárquico marcado por um forte clientelismo, agora amparado pela interventoria de Juracy Magalhães. Em 1932, Bacelar foi acusado de participar de um grupo que apoiava a revolução constitucionalista e foi levado à Salvador onde ficou detido e depois retornou à cidade, onde continuou a produzir matérias para o Jornal Avante, mantendo uma postura de enfrentamento.

Apresentamos um fragmento da matéria escrita e divulgada em um jornal de circulação na cidade e que, finalmente traz esses sujeitos silenciados pela história, dando-lhes nome, mostrando as suas estratégias na superação dos seus problemas, nos seus enfrentamentos insurgindo um movimento do grupo para interferir nas questões urbanas. Diante das evidências propomos a leitura da matéria para dimensionar a situação dos trabalhadores do serviço de ganho na cidade de Conquista.

[...]

O paratifo então, tomou amor a nossa terra e quase é que, daqui não sai.

Um caso interessante é o do nosso relato de hoje.

Todos sabem da imundície da caixa d'água, setina dos desclassificados. Sabem todos disto, e sabem todos ainda do desleixo clamoroso da Prefeitura com aquele próprio municipal. Tudo allí vive em decadência, em legitimo abandono, tudo, tudo!

As nossas constantes locais tangeram a Prefeitura proibir as lavadeiras de lavarem roupas nas torneiras da fonte pública. Estas, sem recursos, recorreram a um meio mais rústico e mais prático, com risco da própria saúde e da vida. Na parte baixa da fonte existe um lamaçal imundo e pôdre, fonte legitima do paratifo. Pois bem: depois de um dia de penosos sacrifícios e muitos trabalhos, as lavadeiras conseguiram fazer uma represa insuficiente de água barrenta e imprestável. Allí estavam num esforço titânico uma obra inútil e perigosa para a saúde: - uma represa de água suja e barrenta. Convencidas da insuficiência e perigo da barragem improvisada, (O MONUMENTO MAIOR DO RIDICULO DA PREFEITURA), as lavadeiras tomaram a deliberação de fazerem um calçamento na parte do lamaçal e assim desfeita a tapagem a água imunda se esgotaria e allí naquele palco paratífico, uma calçada de pedras largas e bem feitas substituiria a podridão que ainda allí se ver.

Podia então, as pobres lavadeiras fazer o seu trabalho mais higienicamente sobre as calçadas referidas, por onde a água correria límpida e clara. [...] (SIC)<sup>4</sup>

Nesta matéria de primeira página Bacelar tratou de enfrentar o governo do Coronel Deraldo Mendes, ao denunciar as condições de trabalho das lavadeiras do córrego do Rio Verruga. Na contra mão da notícia que trata de tensões entre uma elite letrada que utilizava do jornal para construir seu lugar nas relações de poder, é revelada a existência de conflitos e as agruras que desafiavam as trabalhadoras responsáveis por manter a higiene pessoal, aparência do vestuário, da fatiota e da visibilidade física da elite conquistense, e que acabam por participar da disputa de um espaço urbano constituído de contradições, confrontações, lutas e embates.

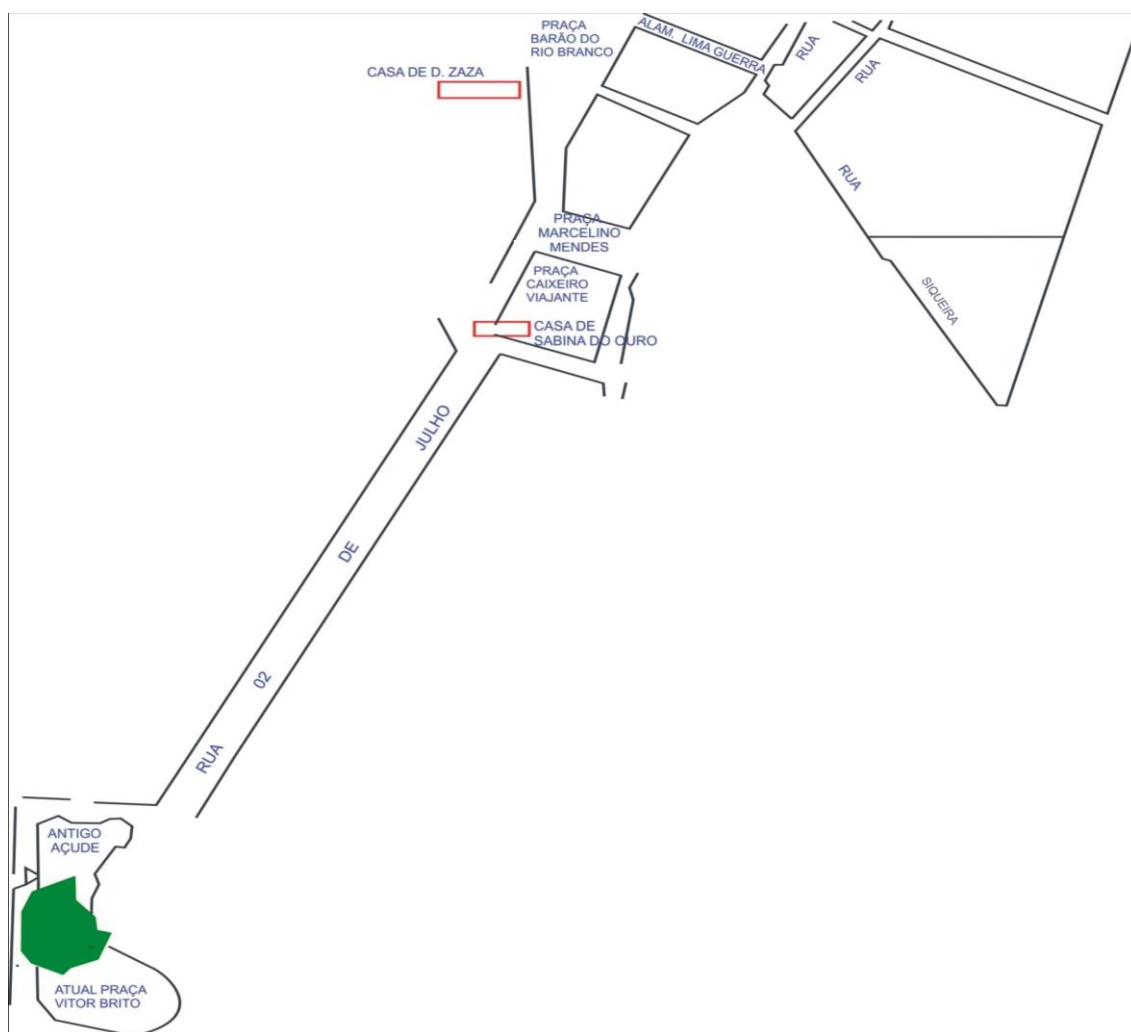
O jornalista faz uma crítica direcionada a administração pública sobre a falta de higiene desse espaço: ‘Setina dos desclassificados’, ‘fonte legítima de miasmas perigosos’ corrobora a necessidade de um programa de higienismo sanitário já utilizado nos principais centros urbanos do país. A cidade de Conquista foi grassada por uma epidemia de tifo que atingiu dezenas de pessoas no ano de 1927, trazendo para esta cidade uma comissão de sanitaristas que adotaram medidas de prevenção contra o tifo. Em Conquista, ainda segundo O Avante, a autoridade municipal esperava que o mal se instalasse, através das epidemias, para tomar providências sobre o seu controle. A prefeitura deveria, assim, passar a adotar os métodos sanitaristas para debelar o paratifo que ‘tomou amor a nossa terra’, no entanto debita procedimentos excludentes ao retirar as lavadeiras da fonte pública atendendo ‘as nossas constantes locais’, proibindo as lavadeiras de trabalharem neste local.

Proibindo as lavadeiras de utilizar a fonte pública – sem lhes oferecer outras alternativas de trabalho –, a administração municipal tangeu esse grupo de trabalhadoras para o açude na Rua da Várzea, local de acúmulo de água empossada pela precipitação de chuvas periódicas e o açude se transformava em um canteiro de lama e lodo. A mensuração do espaço nas políticas públicas de urbanização impunha deslocamentos da população pobre para áreas de várzea, lugares destituídos dos equipamentos urbanos essenciais para a manutenção do trabalho.

Esse deslocamento provocado pela interdição elimina ainda as atividades costumeiras dessas mulheres pobres, que residiam nas proximidades da Caixa d’água que lhes possibilitavam usufruir outros benefícios concernentes aos fatores de sociabilidades, ajuda mútua e subsistência. Dentre os problemas advindos do deslocamento das lavanderias executarem suas tarefas, talvez o mais agudo fosse a distância percorrida com trouxas de roupa, a necessidade de transportar água em grande quantidade, conduzindo vasilhas, quase

sempre, nas cabeças. No início das matérias em 1931, na quais chamava atenção da população e das autoridades sobre as péssimas condições de trabalho das lavadeiras que receberam um tom de verdadeira campanha, Bacelar denuncia que,

A água do açude é verdadeiramente imprestável, lodosa, toldada por animais que ali fazem bebedouro, além de distante da cidade, meia légua, para os moradores da parte alta. A distância seria o menos, se a podriqueira e imundície da água não obstassem o serviço. E sofrem as coitadinhas!... Uma na Rua dos Fonsecas, conduziu à Caixa d'água, 30 latas d'água para lavar roupa em casa, apurando sabem quanto? Dois mil e quinhentos reis.<sup>5</sup>



**Figura 1** – Mapa parcial da Rua Grande até o antigo Açude.

No “palco paratífico” da rua da Várzea as lavadeiras buscaram uma resolução para os problemas enfrentados na subtração do espaço da Caixa d'água. No relato do jornal “Avante” de 1932, vimos um movimento de enfrentamento político desse grupo de mulheres, que

alijadas do seu local de trabalho organizaram um documento de “subscrição popular” para a construção de uma calçada de pedras para impedir o acúmulo de dejetos e lama, que, segundo o jornal, levou ao acirramento das determinações do poder municipal que proibia terminantemente os serviços de lavagem de roupas na Caixa d’água, impedindo também o calçamento sanitário que as mulheres tencionavam fazer.

O Jornal “Avante”, com a contribuição de Bacelar deflagrou uma campanha aberta contra o executivo municipal, na composição de um clamoroso embate denunciando a situação dos trabalhadores dos serviços de ganho frente à postura de um poder público incapaz e refratário às transformações em prol do bem comum. Considerando aqui, o sentido de bem comum referente a um grupo específico, que era atendido em suas necessidades, por esses trabalhadores.

Continuando a campanha, um mês depois da denúncia feita na matéria sobre “uma lavadeira com febre”, em outra matéria tornava a fazer novos protestos sobre os ‘descasos’ cometidos no “Poço Escuro” que abastecia a população de água doce, desta vez envolvendo também as aguadeiras:

**E agora? Vai-se na caixa d’água, penetra-se mais alem um pouco, no Poço Escuro, e o que se vê é lastimável.**

Fezes humanas de um lado e de outro do pequeno rêgo de tijolos, agora sem duvida lavadas pelas chuvas torrenciais da semana e trazidas para ás torneiras da caixa d’água e bebidas (que miséria!) pela população!

**É inacreditável tanto descaso publico, tanta imundície!**

Vimos o que registramos e conosco todos que ali foram antes das ultimas chuvas.

Aliás o ser esse local uma setina pública dos desclassificados é cousa já sabida. **Muito e inumerosas aguadeiras têm verificado nos seus vasilhames a existência de fezes humanas e de animais, e mais outras incontáveis imundícies.** (SIC)<sup>6</sup>

No confronto percebido nas duas matérias, vimos que os usos da água eram bastante variados. Lavadeiras, aguadeiras e os caroteiros comungavam do mesmo espaço pelo uso da água. Dentre essas atividades a que se tornou intolerante às vistas do poder público foi a lavagem de roupa, talvez por concentrar características próprias de enfrentamento, já que as lavadeiras utilizavam o espaço de forma diferenciada:

Elas passavam mais tempo no local, entre a lavagem, coarar e as vezes secar as roupas; geralmente levavam os filhos – Como ‘Clemência de tal com seu filhinho, ambos doentes, agora de febre, vítimas infelizes da água perigosa do referido açude’; essas mulheres

também faziam as refeições no local e conseqüentemente utilização o espaço também como sanitário para atender as suas necessidades fisiológicas

As interferências das lavadeiras potencializavam os problemas ocorridos no espaço da Caixa d'água, mais do que o uso do local feito pelas aguadeiras e caroteiros, que chegavam carregavam seus vasilhames e desciam para o abastecimento das casas, determinando talvez um enfrentamento também, no interior desses grupos. Já que 'muito e inúmeras aguadeiras têm verificado nos seus vasilhames a existência de fezes humanas e de animais, e mais outras incontáveis imundícies', essa categoria de trabalhadoras foram ouvidas pelo jornalista que não tratou de publicar um conflito interno entre elas, quando a sua campanha era contra a



prefeitura.

**Detalhe da Figura 2 - Caroteiro em serviço**

**Detalhe da Figura 2 - Carote e mula**

Como lugar de uso coletivo, o espaço da fonte pública, fazia emergir esses sujeitos que, através da sua força de trabalho atendia a uma necessidade básica e intransferível, que é o saneamento e a distribuição da água para a população, como também os serviços das lavadeiras de roupas. No entanto, segundo o jornal, até as 'lavadeiras que, gratuitamente se encarregavam do asseio das águas da fonte, foram expulsas como serviço higiênico'. Aqui cabe considerar que a intenção do jornalista privilegia as lavadeiras – utilizadas na sua campanha contra a administração municipal e não interessava, no momento, fazer eclodir um



conflito entre esses grupos de trabalhadores: ‘ não nos cansamos de protestar o ato desnaturado do prefeito, proibindo as lavadeiras do ganha-pão.’<sup>7</sup> Ainda se tratando do serviço de água e especificamente do abastecimento das casas, as aguadeiras e caroteiros, talvez angariasse uma atenção diferenciada, por parte da prefeitura, devido a condição de preservar a limpeza da água para o consumo da população.

No entanto, esses trabalhadores apareciam mediante a necessidade dos seus serviços para atender a população privilegiada na aquisição da água e, desta forma, eram considerados em seus papéis sociais, conforme os desígnios dos mandatários, que assim ofereciam atenção legal, nos seus trajetos:

Pelo Conselheiro Alziro Prates, foi requerido ao Senhor Intendente informações a respeito de um muro que se construiu no caminho da Caixa d’água, junto ao quintal ou melhor Chacara da Senhora Dona Vicência de Tal, **muro este que está prejudicando aos transeuntes e aguadeiros**; requerimento que foi unanimemente aprovado.<sup>8</sup> (grifo meu)

Ao refletir sobre as condições determinantes para a confecção do espaço, Milton Santos, considera que,

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, formas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade.<sup>9</sup>

Sendo assim, é importante destacar que a fonte pública, como um espaço construído por serviços e sociabilidades comporta uma diversidade de territórios. Ao estabelecer funções diferenciadas para o mesmo espaço cada um desses grupos de trabalhadores vivenciavam e atuavam singularmente, as estratégias de superação levou esses sujeitos a compor nesse mesmo espaço compartilhado de enfrentamentos e lutas a garantia da sua sobrevivência.

Quando as lavadeiras, apresentadas no jornal “Avante”, através do texto e da postura política de Bacelar, elas não se contentaram em esperar a solução do poder público, tomaram uma atitude, construíram uma represa e um calçamento que serviam para retirar ‘a podridão’ e as substituíam por uma “calçada de pedras largas e bem feitas”, e, desta forma, acabaram interferindo no espaço urbano. Esse grupo de trabalhadoras - lavadeiras de roupa da cidade de Conquista construíam, dessa forma, os seus próprios espaços e deles se apropriavam de forma inteiramente diversa, indo na direção contrária do poder público. São práticas urbanas, que se

desenvolviam à revelia dos mecanismos de controle de compartimentar a urbe, que marcaram tantas reentrâncias nos lugares da cidade, ao tempo que também construía e transformavam, revelando, portanto, a materialidade de diversos usos do espaço urbano e uma relatividade impressa na ordenação pretendida pelas elites locais.

Na produção dessa história sobre “memórias e fotografias dos trabalhadores de ganho nas transformações urbanas de Conquista entre 1920 e 1940 buscamos refletir sobre os conflitos, embates e lutas dos sujeitos que estavam excluídos das “fugas” de uma memória seletiva e lacunar que foi percebida em cuidadosas leituras “a contrapelo” sobre as linguagens visuais e textuais. Considerando com Raymond Williams que “a linguagem é constitutiva do sujeito” ao contextualizar memórias imagéticas e escritas, narrativas de jornalistas, poetas, fotógrafos, prestando atenção nos procedimentos e método para construção da operacionalização da prática histórica, percebemos a emergência desses sujeitos que mantiveram com trabalho e sociabilidades, as singularidades de uma cultura de pouca visibilidade à construção do espaço.

Na tentativa de incorporar mudanças no espaço urbano, as elites dominantes da cidade de Conquista imbuídas de valores predominantemente universais excluem do projeto de modernidade as particularidades e subjetividades das experiências sociais. Buscando construir um espaço ordenado, de formas harmônicas para homogeneizar e controlar as condutas sociais consideradas inadequadas a expectativa de construir um projeto de cidade racional, elaborada por uma legislação que estabelecia normas autoritárias e excludentes. Porém, para além dessa legislação vigente vimos que os usos dos solos urbanos foram apropriados por sujeitos que improvisaram suas práticas cotidianas e de trabalho, deixando aparecer conflitos e embates, imprimindo as marcas da sua trajetória em múltiplas territorialidades.

Procuramos neste estudo investigar campos de força marcados por interesses, valores e normas de diferentes grupos que atuam e disputam de várias formas o mesmo espaço, fazendo emergir os confrontos de segmentos sociais, com suas vivências e práticas que imprimiram com suas intervenções marcas indeléveis sobre esse espaço da Rua Grande na cidade de Conquista.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Ednair Carvalho Rocha; Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB; ednair.rocha@gmail.com.

---

<sup>2</sup> A historiadora Maria Aparecida Silva de Sousa se refere ao texto de Ruy Medeiros, cuja pesquisa conclui que a origem do nome “Ressaca” é um termo de uso da geografia popular sinonimizado “funda baía de mato baixo circundada por serra” e que foi aplicado às terras existentes entre os rios pardo e das Contas. Assim, esclarece: “O viajante que palmilhar o Planalto da Conquista perceberá as fundas baías de campo, algo como um vago refluxo a desenhar o semicírculo da ressaca, só que não no mar. Uma ressaca de chão.” (MEDEIROS *apud* SOUSA, 2001, p. 19).

<sup>3</sup> O crescimento urbano nas primeiras décadas do século XX, acompanhou o leito do córrego do Rio Verruga no sentido norte/sul, cuja nascente localiza-se na Serra do Periperi, no atual Poço Escuro, que atualmente compõe uma Reserva Municipal. Esse córrego passava pelos quintais das casas que circundavam o leito do Rio.

<sup>4</sup> Jornal *Avante* de 7 de fevereiro de 1932.

<sup>5</sup> Jornal *Avante* de 20 de dezembro de 1931.

<sup>6</sup> Jornal *Avante* de 27 de março de 1932.

<sup>7</sup> Jornal *Avante* de 27 de março de 1932.

<sup>8</sup> Livro de Atas do Conselho Municipal. (1926). Ata da Sessão ordinária do Conselho Municipal, do dia 16 de fevereiro de 1926. Código: 12.2.22. Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

<sup>9</sup> SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 258.